

Regulamento Eleitoral



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CERES E RIALMA LTDA

CNPJ: 09.576.849/0001-82

Número de identificação do registro de empresas – NIRE: 52400011479

Endereço: Avenida Brasil, nº 703-B, Quadra 18-B, Lote 18-B, Centro – Ceres -
Goiás CEP: 76.300-000

ATA SUMÁRIA Nº 03 (TRES) DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

I – DATA, HORA E LOCAL

No dia 28 (vinte e oito) do mês de março de 2014 (dois mil e quatorze), às 21h no prédio da Associação Médica de Goiás, Regional de Ceres, localizado na Avenida Goiás, nº 715, Setor Central, Ceres-GO, CEP: 76300-000, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa de Crédito de Ceres e Rialma LTDA, realizada fora da sede da Cooperativa por falta de espaço físico adequado.

II – PRESENÇAS E CONVOCAÇÃO

Estiveram presentes **42 (Quarenta e dois) associados**, conforme assinaturas constantes no Livro de presença das Assembleias Gerais, realizando-se em 3ª convocação, esclarecido que nesta data é de 516 (quinhentos e dezesseis) o número de associados em condição de votar.

A assembleia foi convocada de forma tríplice e cumulativa, por meio de afixação do edital de convocação em locais frequentados pelos associados, envio de circulares e Edital de convocação publicado no "Jornal Populacional", edição de nº 48 de fevereiro de 2014, circulado em 20 de fevereiro de 2014, página 06, cujo o teor é o seguinte:

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CERES E RIALMA LTDA. CNPJ: 09.576.849/0001-82 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO-O Presidente da Cooperativa de Crédito de Ceres e Rialma Ltda, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 do Estatuto Social, convoca os associados, que nesta data são de número 516 (quinhentos e dezesseis), em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no prédio da Associação Médica de Goiás Regional de Ceres, localizada na Avenida Goiás, nº 715, Setor Central, CEP: 76300-000, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás, no dia 28/03/2014, às 18h, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; às 19h, com a presença de metade mais um dos associados, em segunda convocação; às 20h, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos: I.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: Prestação de contas do exercício de 2013; Estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição das sobras, com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício de 2013; Destinação das sobras apuradas em 2013; Eleição dos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; Fixação do valor das cédulas de presença, honorários e gratificações dos membros do Conselho de Administração e cédula de presença dos membros do Conselho Fiscal; Plano de Atividades da Cooperativa para o exercício de 2014; Fixação do percentual de juros remuneratórios do capital integralizado 2014. II. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Reforma ampla e geral do estatuto social, com o fim de adotar o estatuto padrão das cooperativas filiadas do Sicoob; Alteração da denominação social da Cooperativa, em obediência ao disposto no art. 14, § 5º, da Resolução n. 3.859/2010 do Conselho Monetário Nacional; Fixação do valor global para pagamento dos honorários, das



gratificações, da remuneração variável em razão do cumprimento de metas e dos encargos sociais aplicáveis, dos membros da Diretoria Executiva; Adesão ao componente único de Ouvidoria; Aprovação do Regulamento Eleitoral. **Observações:** 1. Conforme art. 76 do Estatuto Social o último dia para registro de chapa para concorrer às eleições é 27/02/2014, até às 16h. 2. A assembleia será realizada fora da sede da Cooperativa por falta de espaço físico adequado. Ceres-GO, 20 de fevereiro de 2014. José Maurício de Oliveira Presidente

III – COMPOSIÇÃO DA MESA

Presidente: José Maurício de Oliveira, **Vice-Presidente:** Geraldo Moreira Reis, **Coordenador do Conselho Fiscal:** Vanderlei da Costa.

Observação: Foi indicado para secretário da assembleia o associado Herbert Silva de Oliveira e durante as deliberações sobre a fixação do valor global para pagamento dos honorários, das gratificações, da remuneração variável em razão do cumprimento de metas e dos encargos sociais aplicáveis, dos membros da diretoria executiva, presidiu a assembleia o senhor Durval José da Silva, sendo secretariado pelo senhor Márcio Luiz Scalabriní Silva.

IV – DELIBERAÇÕES

1. Reforma ampla e geral do estatuto social, com o fim de adotar o estatuto padrão das cooperativas filiadas do Sicoob: Inicialmente, o Presidente informou aos associados que a presente reforma estatutária tem por objetivo adotar o estatuto padrão do Sicoob, com o fim de adequá-lo as disposições da Lei Complementar n. 130/2009, à Resolução n. 3.859/2010 do Conselho Monetário Nacional, bem como a diretrizes sistêmicas do Sicoob. Em seguida, a proposta de reforma estatutária foi apresentada aos associados, tendo sido esclarecidas todas as ponderações realizadas. Ato contínuo, o Presidente submeteu à apreciação da assembleia geral o estatuto social apresentado, que foi aprovado, por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, tendo sido esclarecido que o referido estatuto encontra-se anexo à presente ata.

2. Alteração da denominação social da Cooperativa, em obediência ao disposto no art. 14, § 5º, da Resolução n. 3.859/2010 do Conselho Monetário Nacional: O Presidente esclareceu aos presentes que o art. 14, § 5º, da Resolução n. 3.859/2010 do Conselho Monetário Nacional, exige a inserção do termo "livre admissão" na denominação social das cooperativas de crédito desse ramo. Em seguida, prestados os esclarecimentos acerca da matéria, a proposta de alteração da denominação social da Cooperativa foi submetida à apreciação da Assembleia Geral, tendo sido aprovada, por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, ressaltando-se que a mencionada denominação já foi incorporada à reforma do estatuto social aprovada anteriormente.

3. Fixação do valor global para pagamento dos honorários, das gratificações, da remuneração variável em razão do cumprimento de metas e dos encargos sociais aplicáveis, dos membros da Diretoria Executiva: Foi aprovado por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, a fixação do valor para pagamento dos honorários, das gratificações, da remuneração



variável em razão do cumprimento de metas e dos encargos sociais aplicáveis dos membros da Diretoria Executiva, conforme abaixo:

- a. Diretor Administrativo: Honorários no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), líquidos, mensal, fazendo jus a uma gratificação natalina de igual valor e condições.
- b. Diretor Operacional: Honorários no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), líquidos, mensal, fazendo jus a uma gratificação natalina de igual valor e condições.
- c. Os valores fixados nesta assembleia passarão a vigorar após a homologação do Banco Central.

4. Adesão ao componente único de Ouvidoria: Em função da reforma estatutária ocorrida nesta assembleia, foi aprovado pela Assembleia, por unanimidade de votos dos associados presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, á adesão da Cooperativa de Crédito de Ceres e Rialma Ltda, ao compartilhamento e utilização de componente de ouvidoria único do Sicoob.

5. Aprovação do Regulamento Eleitoral: O Presidente esclareceu, de início, que o art. 89 do estatuto social aprovado nesta data preceitua que: "O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos eletivos na Cooperativa será disciplinado em regulamento próprio aprovado em Assembleia Geral". Em seguida, apresentou à Assembleia Geral a proposta de regulamento eleitoral, tendo esclarecido todas as dúvidas e ponderações feitas pelos associados. Na sequência, o regulamento eleitoral foi submetido à aprovação, sendo aprovado por unanimidade de votos dos presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, tendo sido esclarecido, também, que o aludido regulamento eleitoral encontra-se anexo à presente ata.

6. Comissão de associados para assinatura da ata: Foram indicados os seguintes cooperados para assinatura da ata: 1) Rogério Borges Campos, 2) Bruno Cézar, 3) Patrício Magela da Silva, 4) Récio Borges Campos, 5) Fabricio Amorim Mesquita, 6) Edson Freire da Silva, 7) Tenison Pereira da Silva, 8) Maurício Alves Costa, 9) Wander Qualhate Batista, 10) Romeu Borges Campos.

V – FECHO

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a assembleia geral cuja ata, lida e achada conforme, vai assinada pelos senhores: Presidente José Maurício de Oliveira, Vice-Presidente Geraldo Moreira Reis, pelo secretário da Assembleia senhor Herbert Silva de Oliveira pela comissão designada pela assembleia e pelos associados que desejaram fazê-lo.

A presente ata foi lavrada no regime de folhas soltas conforme faculta o parágrafo único do artigo 22 da Lei 5.764/71, que irão compor livro próprio.

1º. OFÍCIO

José Maurício de Oliveira

3/4



Presidente



Geraldo Moreira Reis
Vice-Presidente



Herbert Silva de Oliveira
Secretário da Assembleia

Comissão designada para assinatura da ata:

Rogério Borges Campos
Associado

Patrício Magela da Silva
Associado

Fábio Amorim Mesquita
Associado

Tenison Pereira da Silva
Associado

Wander Quallat Batista
Associado

Bruno Cezar
Associado

Récio Borges Campos
Associado

Edson Freire da Silva
Associado

Mauricio Alves Costa
Associado

Romeu Borges Campos
Associado

CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE NOTAS - CERES-GO

Praça João Pedroso s/nº Qd M, Lt 04
Centro - Ceres-GO - Fone: (62) 3523-7612

10 LIONATO DE NOTAS

Reconheço por VERDADEIRAS as assinaturas de HERIBERT SILVA DE OLIVEIRA e GERALDO MOREIRA REIS
Por mim identificada" e por não haver sido aposta" em minha presença,
do que Dou fé. Ceres-GO 01 de abril de 2014.
Em testemunha: HERIBERT SILVA DE OLIVEIRA
Selo 05931403161656023-001004 e 05931403181656023-001005
Consulte este selo em: <http://www.juceg.go.gov.br>

Heribert Luiz Fernandes - Cabedelo Respondente

4/4

VISTO
LEO DIAS DA SILVA

048/GO 25.436

Anexo(s)

TÍTULO I DO OBJETIVO

Art. 1º. Este Regulamento Eleitoral tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, no termos do Estatuto Social da Cooperativa e em consonância a legislação vigente aplicável.

§ 1º. Na primeira quinzena de janeiro, o Presidente do Conselho de Administração deverá informar aos cooperados que ocorrerá eleição durante a realização da Assembleia Geral Ordinária daquele ano.

§ 2º. Este regulamento não é aplicável à escolha dos membros da Diretoria Executiva, tendo em vista que tal atribuição é de competência do Conselho de Administração da Cooperativa, conforme preconiza o art. 5º da Lei Complementar n. 130/2013, e que deverá observar, ainda, as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

§ 3º. Além do presente regulamento, na condução do processo eleitoral também deverão ser observadas as demais normas aplicáveis à espécie, em especial as editadas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO GERAL PROCESSO ELEITORAL

CAPÍTULO I

DA CONVOCAÇÃO PARA A ELEIÇÃO

Art. 2º. As eleições serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por qualquer dos órgãos de administração, pelo Conselho Fiscal, ou, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 3º. A Assembleia Geral para eleição será convocada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, mediante:

I - editais afixados em locais apropriados nas dependências comumente mais

Página 1 de 25.

VIST
LEO DIAS DA SILVA

048/GO 25.436

frequentadas pelos associados;

- II. publicação em jornal;
- III. comunicação aos associados por intermédio de circulares.

Art. 4º. O edital publicado conterá as seguintes informações:

- I. data, horário e local da votação;
- II. prazo para registro de chapas;
- III. horário para entrega de documentos para o registro.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 5º. No processo eleitoral, a Diretoria Executiva da Cooperativa terá as seguintes atribuições:

I. dar conhecimento deste regulamento eleitoral através de divulgação em site, disponibilização na cooperativa, podendo inclusive distribuir cópias quando da inscrição das chapas;

II. conscientizar os candidatos acerca das obrigações e das responsabilidades legais às quais estarão subordinados, podendo distribuir cópias dos regulamentos do Conselho de Administração e/ou do Conselho Fiscal;

III. divulgar, entre os (as) associados (as), os cargos eleitorais a serem preenchidos;

IV. fixar datas;

V. afixar, em local de fácil acesso a todos os associados, a relação das chapas concorrentes;

VI. zelar pela organização do processo eleitoral, bem como manter guarda dos documentos oficiais relacionados a seguir:

a) edital de convocação da eleição;

b) requerimentos de registro da chapa, das declarações emitidas pelos candidatos e das

Página 2 de 25.

- fichas de qualificação individual;
- c) listagem dos (as) associados (as) em condição de votar;
- d) lista de votação;
- e) ata da mesa coletora e da mesa apuradora de votos;
- f) decisões proferidas pela Comissão Eleitoral e de eventuais recursos interpostos;
- g) exemplar da cédula única de votação.

CAPÍTULO III DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 6º. O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral constituída por 5 (cinco) membros e composta da seguinte forma:

- I. um membro do Conselho de Administração, mais 2 (dois) associados por este indicados;
- II. um membro do Conselho Fiscal, mais um associado indicado por este Conselho.

§ 1º. No caso de renúncia ou qualquer impedimento de membro da Comissão Eleitoral, sendo este em número inferior a 3 (três), os membros da comissão eleitoral indicarão imediatamente substituto, situação que não importa na paralisação dos seus trabalhos.

§ 2º. Nenhum dos participantes da Comissão poderá ser candidato ao pleito.

Art. 7º. A Comissão Eleitoral será instalada na data da publicação do Edital de Convocação da Assembleia Geral de eleição e, em sua primeira reunião escolherá, por maioria simples, dentre seus componentes, um coordenador e um secretário.

§ 1º. Membros que se desligarem da Cooperativa perderão, automaticamente, o cargo que ocupavam nas comissões eleitorais.

§ 2º. A Comissão Eleitoral somente dissolverá após a homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil.

Art. 8º. Compete à Comissão Eleitoral:

Página 3 de 25.

V I S T O
LEO DIAS DA SILVA

OAB/GO 25.436

- I. receber e apreciar as chapas e as impugnações que porventura sejam apresentadas, proferindo as competentes decisões, deferindo ou negando o registro;
- II. encaminhar os eventuais recursos, interpostos em face de suas próprias decisões, à Assembleia Geral;
- III. coordenar, na Assembleia Geral, o processo de votação e apuração das eleições.

CAPÍTULO IV

DAS CHAPAS PARA ELEIÇÃO

SEÇÃO I

DA FORMAÇÃO

Art. 9º. O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal será realizado por meio do registro de chapas.

§ 1º. Não haverá limite quanto ao número de chapas inscritas.

§ 2º. As chapas serão compostas, necessariamente, pelo número de candidatos para o preenchimento de todas as vagas no Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal, conforme o caso, nos termos definidos no estatuto social.

§ 3º. Caso a eleição tenha sido deflagrada para preencher cargos vagos no Conselho de Administração e/ou Fiscal em exercício, a chapa será composta pelo número correspondente de cargos a preencher.

§ 4º. No requerimento de registro de chapa deverão ser indicados os candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração. No caso do Conselho Fiscal, deverão ser identificados os candidatos aos cargos de conselheiro fiscal efetivo e conselheiro fiscal suplente.

§ 5º. Na hipótese de eleição concomitante do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, somente será admitida a inscrição de chapa que preveja o preenchimento de ambos os conselhos.

§ 6º. Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independente de qual órgão estatutário ao qual estiver concorrendo.

Página 4 de 25.

SEÇÃO II

DO REGISTRO DE CHAPA

Art. 10. Os registros das candidaturas aos cargos no Conselho de Administração e Conselho Fiscal deverão ser protocolados na sede da Cooperativa, até às 16:00 (dezesseis) horas, do 7º (sétimo) dia corrido, contado a partir do dia seguinte à publicação do Edital de Convocação da Assembleia Geral de eleição.

Art. 11. A candidatura aos cargos nos Conselho de Administração e Conselho Fiscal será feita mediante o protocolo do requerimento de registro de candidatura, conforme anexos II e III, que deverá ser endereçado à Comissão Eleitoral, e preenchido e assinado por todos os candidatos, devendo constar as seguintes informações:

- I. o cargo pleiteado;
- II. o nome e o número de matrícula de cada candidato;
- III. o período de mandato;
- IV. data do pedido de registro de chapa.

§ 1º. Anexos ao requerimento de registro de candidatura deverão ser apresentados os seguintes documentos, referentes a cada candidato:

- I. cópia da última declaração do imposto de renda completa;
- II. certidões negativas cíveis e criminais, federais e estatais, de protesto, e certidão negativa de débitos trabalhistas, das comarcas em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- III. declaração de que não são pessoas impedidas por lei, por regulamento oficial ou pelo respectivo Estatuto, consignando eventuais pendências para exame e avaliação do Banco Central do Brasil;
- IV. relação dos bens que possua na data do pedido do registro, conforme anexo IV;
- V. declaração de seus componentes de que, se eleitos e após a homologação de seus nomes pelo Órgão Oficial Competente, assumirão os respectivos mandatos;
- VI. formulário cadastral, conforme Anexo V;

Página 5 de 25.

VII. currículo;

VIII. outros documentos exigidos pela legislação aplicável.

§ 2º. Se as certidões cíveis emitidas pelo Poder Judiciário indicarem que qualquer dos candidatos figure como Réu/Requerido/Executado em ação judicial, deverá o candidato apresentar, além dos documentos acima relacionados, certidão narrativa emitida pela vara judicial em que a ação tramita, contendo as seguintes informações: partes, pedido, causa de pedir, valor e natureza da ação.

§ 3º. Além da certidão mencionada no parágrafo anterior, o candidato poderá apresentar, ainda, todos os demais documentos que auxiliem na verificação das circunstâncias da ação judicial.

§ 4º. A Cooperativa manterá pessoa habilitada para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer recibos.

Art. 12. Para se candidatar ao cargo de conselheiro de administração e/ou fiscal da Cooperativa, o interessado deverá atender aos seguintes requisitos:

- I. ser associado da cooperativa;
- II. não ser empregado da cooperativa;
- III. na data da convocação, não ser cônjuge de candidato ou de membros do Conselho de Administração ou Fiscal, cujos mandatos tenham vigência em períodos coincidentes;
- IV. não ser parente de membro dos Conselhos de Administração e Fiscal, até segundo grau em linha reta ou colateral, cujos mandatos tenham vigência em períodos coincidentes;
- V. não ser empregado de membros do Conselho de Administração e Fiscal;
- VI. possuir reputação ilibada;
- VII. atender aos critérios de capacidade técnica aprovados pela assembleia geral;
- VIII. atender aos demais requisitos decorrentes de lei, do estatuto social e de demais normas oficiais;

Página 6 de 25.

- IX. não ser inventariante ou representante de espólio;
- X. preencher, nos casos de conselheiros de administração, o perfil técnico-profissional exigido para os postos, especialmente os requeridos para cumprimento dos objetivos estatutários da cooperativa.
- XI. Ter disponibilidade de tempo para o cumprimento das incumbências estatutárias e regimentais;
- XII. atender os demais requisitos aprovados pela Assembleia Geral, pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central e demais normas aplicáveis.

Art. 13. Além dos requisitos previstos no artigo anterior, são condições para a candidatura e o exercício dos cargos no Conselho de Administração e Conselho Fiscal, além de outras exigidas pela legislação em vigor:

- I. não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- II. não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos de conselheiro fiscal, de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio-administrador em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;
- III. não responder, nem qualquer empresa da qual seja controlador ou administrador, por protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- IV. não estar declarado falido ou insolvente;
- V. não responder por crédito classificado em prejuízo;
- VI. se já tiver sido dirigente de cooperativa de crédito, ter todas as suas contas

Página 7 de 25.

VISTO
LEO DIAS DA SILVA

OAB/GO 25.436

devidamente aprovadas pela correspondente pela Assembleia Geral;

VII. não participar da administração de qualquer instituição financeira, não cooperativa;

VIII. não deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de qualquer outra instituição financeira, não cooperativa.

Art. 14. Após o término do período de registro de candidatura, e até às 17:00 (dezessete) horas do último dia do prazo para o citado registro, a Comissão Eleitoral tomará, em ordem cronológica, as seguintes providências:

I. lavrará e assinará o respectivo termo de encerramento do período de registro de candidatura;

II. dará publicidade imediata aos pedidos de registro de chapas, através de fixação de comunicado no mural da Cooperativa.

Art. 15. É permitida a substituição de nomes de componentes de chapas que concorrem ao Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal, protocoladas e registradas, por morte ou desistência de candidato isolado, em qualquer fase do processo eleitoral.

§ 1º. A substituição deverá ser solicitada através de requerimento, conforme anexo VI, assinado por todos os componentes da chapa, se ocorrer até a véspera da Assembleia Geral, podendo ser a pedido verbal, se ocorrer perante a Assembleia, antes da eleição.

§ 2º. O substituto deverá atender às condições de candidatura e de elegibilidade previstas neste regulamento, sob pena de cancelamento do registro da respectiva chapa.

§ 3º. Se a substituição de candidato ocorrer após ter transcorrido o prazo de impugnação, qualquer pessoa poderá apresentar objeção a candidatura desse substituto diretamente à Assembleia Geral.

Art. 16. A retirada de chapa protocolada deverá ser solicitada em requerimento assinado por todos os seus componentes, se ocorrer até a véspera da Assembleia Geral, podendo ser a pedido verbal, se ocorrer perante a Assembleia, antes da eleição.

CAPÍTULO V
DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA

Página 8 de 25.

Certifico que este documento da empresa COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CERES E RIALMA LTDA, Nire: 52 40001147-9, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br> e informe: Nº do protocolo 14/113947-1 e o código de segurança 28434. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2014 10:44:54 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.

Art. 17. Findo o prazo para pedido de registro de candidatura, qualquer pessoa, associada ou não, terá o prazo de 2 (dois) dias corridos para impugnar as candidaturas inscritas.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser apresentada acompanhada dos documentos pertinentes aos seus fundamentos e sua fundamentação ficará circunscrita as situações previstas nos artigos 11, 12 e 13.

Art. 18. Havendo impugnação, será aberto o prazo de 2 (dois) dias corridos para a defesa e, tão logo expirado o mencionado prazo, os autos do processo serão conclusos à Comissão Eleitoral, que decidirá o incidente.

CAPÍTULO VI

DOS EXAMES DOS PEDIDOS DE REGISTRO DE CHAPAS

Art. 19. Após o transcurso do prazo para a apresentação de impugnações e respectivas defesas, se for o caso, a Comissão Eleitoral, no prazo improrrogável de 2 (dois) dias, se reunirá com o fim de analisar o atendimento, pelos candidatos, dos requisitos previstos no presente regulamento e demais normas aplicáveis, bem como julgar as impugnações eventualmente apresentadas.

Art. 20. No exame dos pedidos de registro de chapas, a Comissão Eleitoral deverá examinar e deliberar sobre:

- I. a observância do prazo de protocolo do pedido de registro das chapas;
- II. a regularidade do pedido de registro de candidatura e documentação relativa aos concorrentes ao pleito;
- III. a observância dos candidatos às normas de regência, em especial quanto a ocorrência de impedimentos, incompatibilidades e outras situações que os tornem inelegíveis;
- IV. a natureza do conteúdo das certidões apresentadas, e, se for o caso, as circunstâncias de fato que desqualificam as situações registradas na respectiva certidão, averiguando se consubstancia pendência impeditiva da elegibilidade, caso a sua literalidade o permita;

§ 1º A Comissão Eleitoral Originária realizará os exames disposto neste artigo e apresentará os resultados no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

Página 9 de 25.

§ 2º. Considerando a complexidade do tema examinado, a Comissão Eleitoral poderá requerer a emissão de parecer à Assessoria Jurídica da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. - Sicoob Goiás Central, mediante consulta escrita e acompanhada dos documentos pertinentes. Em qualquer situação, o correspondente parecer não vincula a decisão da Comissão Eleitoral.

Art. 21. A Comissão Eleitoral deverá indeferir o pedido de registro de chapa quando:

- I. qualquer dos candidatos não atender aos requisitos previstos no presente regulamento e demais normas aplicáveis;
- II. o requerimento de registro de candidatura não for acompanhado dos documentos exigidos neste regulamento;
- III. quando se tratar de candidatura ao Conselho de Administração, o mesmo candidato constar em mais de uma chapa;
- IV. o mesmo candidato tiver requerido candidatura a membro dos Conselhos de Administração e Fiscal, em um mesmo período de mandato;
- V. for julgada procedente a impugnação.

§ 1º. Nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do parágrafo anterior prevalece a chapa ou o candidato que tiver dado entrada no protocolo em primeiro lugar, resguardada aos membros da chapa ou candidato anterior a sua retirada para ensejar o registro da segunda.

§ 2º. Nas hipóteses dos incisos I, III e IV do § 1º, a chapa poderá ser saneada com a substituição dos candidatos inelegíveis, desde que efetuado até o prazo para registro de candidatura.

Art. 22. Todo o processo de análise pela Comissão Eleitoral será registrado por meio de atas de reunião, formalizadas e assinadas por todos os membros da comissão.

CAPÍTULO VII

DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS INSCRITAS

Art. 23. Concluída a fase de análise e de julgamento das impugnações, a Comissão

Página 10 de 25.

VISTO
LEO DIAS DA SILVA

OAB/GO 25.436

Eleitoral providenciará a imediata lavratura do Termo de Registro das Chapas, consignando, em ordem numérica de inscrição, todas as chapas e os nomes dos candidatos.

Parágrafo único. Depois de lavrado o termo de registro da chapa, a Comissão Eleitoral providenciará, de imediato, a fixação, na sede da cooperativa, da relação das candidaturas apresentadas.

CAPÍTULO VIII

DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Art. 24. Em face das decisões emitidas pela Comissão Eleitoral, caberá, no prazo de 2 (dois) dias corridos, contados da data da ciência da decisão, recurso endereçado à Assembleia Geral Eleitoral, se houver interregno suficiente entre a decisão e a realização da Assembleia, devendo ser protocolizado até às 16:00 horas do último dia do prazo.

§ 1º. Se não houver espaço de 2 (dois) dias entre a decisão recorrida e a realização da Assembleia, o recurso poderá ser apresentado à mesa diretora desta, logo no início dos trabalhos, sendo permitido ao recorrente fazer sustentação oral das suas razões.

§ 2º. Na hipótese do candidato ter sua candidatura indeferida pela Comissão Eleitoral, motivada por alguma das situações previstas nos arts. 11, 12 e 13, e a Assembleia Geral, em razão de eventual recurso interposto pelo candidato, o eleger, deverá o candidato excepcionalmente eleito firmar declaração, em duas vias, reconhecendo a preexistência das pendências que deram causa ao indeferimento do registro pela Comissão Eleitoral, sendo:

- I. Uma via da referida declaração deverá ser arquivada junto ao processo eleitoral;
- II. Uma via deverá ser encaminhada ao Banco Central do Brasil, junto com o pedido de homologação pela cooperativa interessada, acompanhada de cópia autenticada da documentação do processo eleitoral, que indique a situação de inelegibilidade.

TÍTULO III

DA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

CAPÍTULO I

Página 11 de 25.

DOS ASSOCIADOS EM CONDIÇÕES DE VOTAR

Art. 25. Podem votar todos os associados regularmente inscritos no quadro social da cooperativa, presentes na Assembleia Geral de eleição, com exceção daqueles que tenham relação empregatícia com a cooperativa, até a aprovação das contas do último exercício em que tenha cessado o vínculo de emprego.

Parágrafo único. A ausência definitiva do associado no momento da votação será entendida como renúncia ao direito de voto, resguardado o direito de votar se presente até o final da votação, ocasião em que, terminada a votação dos presentes, o eleitor ausente será chamado, desde que seu nome conste da lista de comparecimento à Assembleia Geral.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 26. No dia da Assembleia Geral de eleição, o processo de votação e apuração dos votos será coordenado pela Comissão Eleitoral.

§ 1º. Não comparecendo o coordenador da Comissão Eleitoral até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para início da votação, assumirá a coordenação o secretário e, na falta ou impedimento deste, os membros da Comissão Eleitoral deverão indicar um novo coordenador.

§ 2º. Não comparecendo os membros da Comissão Eleitoral ou sendo estes em número inferior a 3 (três), o Presidente solicitará que a assembleia indique, entre os associados presentes, a quantidade de pessoas necessárias para compor a comissão eleitoral.

§ 3º. Nenhuma pessoa estranha à direção da Comissão Eleitoral poderá intervir durante os trabalhos de votação.

CAPÍTULO III

DOS FISCAIS

Art. 27. Cada chapa concorrente poderá designar um fiscal junto à Comissão Eleitoral, credenciado até a instalação da Assembleia Geral, para acompanhar o processo de coleta de votos e sua apuração, com poderes de impugnar votos.

Página 12 de 25.

VISTO
LÉO DIAS DA SILVA

OAB/GO 25.436

Parágrafo único. O voto impugnado será examinado pela Comissão Eleitoral, que sobre ele deverá deliberar de imediato.

CAPÍTULO IV

DA VOTAÇÃO

Art. 28. Ocorrendo o registro de apenas uma chapa para o Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal, a eleição, mediante proposta do Presidente e deliberação da Assembleia, poderá ser feita por aclamação.

Art. 29. Quando ocorrer o registro de mais uma chapa para o Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal, a votação será realizada através de escrutínio secreto, por meio de cédulas confeccionadas em formatação única e serão entregues aos eleitores pela Comissão Eleitoral no momento da votação.

§ 1º. Na hipótese do caput deverá ser observado o seguinte:

I. a cédula de votação apresentará apenas o número de inscrição da chapa no processo eleitoral, seguido do nome do concorrente inscrito como cabeça de chapa e, à frente, um retângulo para que possa ser assinalado o voto. O voto no cabeça de chapa implica em voto válido para toda a chapa;

II. A cédula será confeccionada em papel branco, opaco, pouco absorvente, em tinta preta e tipos uniformes, a qual, dobrada, resguarde o sigilo de voto, sem que seja necessária a utilização de cola para fechá-lo;

III. A cabine de votação será indevassável para o ato de votar;

IV. As cédulas deverão apresentar a rubrica do coordenador da Comissão Eleitoral, para que se possa garantir a veracidade da cédula;

V. A urna de votação deverá ser inviolável e suficientemente ampla para comportar as cédulas à medida que forem sendo introduzidas.

§ 2º. A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob a guarda dos componentes da Comissão Eleitoral, até a proclamação final do resultado da eleição, sendo que após, as citadas cédulas deverão ser entregues a Diretoria Executiva para guarda na cooperativa até 5 (cinco) anos após a homologação da

Página 13 de 25.

VISTO
LEO DIAS DA SILVA

OAB/GO 25.438

eleição pelo Banco Central do Brasil.

Art. 30. Os trabalhos eleitorais terão duração necessária para que todos os associados presentes e com direito a voto tenham votado.

Art. 31. Terminada a votação, a Comissão Eleitoral, ato contínuo, abrirá a urna e fará a contagem dos votos, preenchendo o mapa de apuração, comunicando, em seguida, o resultado ao Presidente da Assembleia.

Art. 32. Será proclamado eleita a chapa que tiver obtido a maioria dos votos válidos.

Parágrafo único. Havendo empate de votos, será considerada eleita:

I. quando se tratar de candidatura ao Conselho de Administração, a chapa cujo cabeça for mais idoso;

II. tratando-se de candidatura ao Conselho Fiscal, os candidatos mais idosos.

CAPÍTULO V

DA POSSE DOS ELEITOS

Art. 33. A posse dos eleitos dar-se-á somente após a homologação dos seus nomes pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Após a homologação do Banco Central do Brasil, a Diretoria Executiva, mediante carta-circular, divulgará ao quadro social os nomes dos eleitos.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. Na contagem dos prazos previstos no presente regulamento será observado o seguinte:

I. entender-se-á por dias corridos, o prazo contínuo, que não se interrompe nos feriados, sábados e domingos;

II. excluir-se-á o dia do começo e se incluirá o dia do vencimento, no cômputo dos prazos;

III. todos os prazos são preclusivos, motivo pelo qual após o seu vencimento é vedada a prática do ato processual não praticado durante a sua vigência;

Página 14 de 25.

IV. quando o início ou o término da contagem do prazo coincidir com dia não útil, o prazo será prorrogado automaticamente para o primeiro dia útil seguinte;

V. o horário de expediente para prática de qualquer ato relacionado ao processo eleitoral será sempre das 8:00 às 16:00 horas.

Art. 35. Na hipótese de não haver protocolo de registro de candidatura para concorrer às eleições, compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar, com urgência, reunião conjunta do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, a fim de promover a composição de chapa única, cujo pedido de registro, acompanhado da documentação de que trata este regulamento, será assinado e apresentado por pelo menos dois membros do Conselho de Administração e um membro do Conselho Fiscal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o prazo de registro de chapa.

Parágrafo único. Se adotadas as medidas de que trata o caput, ainda assim não se consumar a formação de chapa à eleição, caberá à Assembleia Geral, após o esclarecimento do coordenador da Comissão Eleitoral sobre os requisitos para a candidatura e exercício dos cargos no Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal, conforme o caso, deliberar sobre a formação de chapa e efetivação da eleição, devendo o candidato eleito providenciar, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após a realização da Assembleia Geral, a documentação necessária à comprovação da regularidade pessoal dos eleitos.

Art. 36. Eventuais omissões do presente regulamento serão resolvidas à luz da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito.

Art. 37. Este Regulamento foi aprovado na ____^a Assembleia Geral Extraordinária e entra em vigor na data em que a ata da referida assembleia for arquivada na Junta Comercial.

[Large handwritten signature block]
Página 15 de 25.

ANEXOS

Anexo I

Modelo de Comunicado de realização de eleição

Cabeçalho	LOGOMARCA DA COOPERATIVA (tamanho 1,07 x 5,99)
Cidade-UF, ____ de _____ de _____. COM - xxxx(<i>número</i>)/xxxx(<i>ano</i>)-Sicoob XXXXXXXXXXXX	
Aos Cooperados do Sicoob XXXXXXXXXXXX	
Assunto: Assembléia Geral Ordinária de Eleição	
Senhores Cooperados:	
<p>1. Comunicamos que a Cooperativa de Crédito XXXXXXXXXXXXXXXXX – Sicoob XXXXXXXXXX realizará, até o dia 31 de março de xxxx, a Assembléia Geral Ordinária de Eleição para os cargos do Conselho de Administração, (<i>quando for o caso</i>), com mandato da AGO xxxx até a AGO de xxxx, e Conselho Fiscal, com mandato da AGO xxxx até a AGO de xxxx.</p> <p>2. Solicitamos aos interessados em concorrer a referida eleição, atente-se para a publicação do Edital de Convocação.</p> <p>3. O Regimento Eleitoral está disponível a todos os cooperados na cooperativa e pelo site www.xxxxxxxxxxxxxx.com.br.</p> <p>4. Finalizando, colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.</p>	
Atenciosamente,	
COOPERATIVA DE CRÉDITO XXXXXXXXXXXXXXXX	
Fulano de Tal Presidente	

Página 16 de 25.

Rodapé	nº da pág / nº total pág. (Fonte: Arial 8)
--------	--

Anexo II

Modelo de requerimento de registro da chapa para concorrer ao Conselho de Administração

REQUERIMENTO DE REGISTRO DA CHAPA PARA CONCORRER AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Razão social da cooperativa)

PROTOCOLO	RECEPÇÃO
Número:	Nome:
Horário:	
Data:	Assinatura:

Na forma do Regulamento Eleitoral vigente, candidatos deste solicitam o registro da chapa, composta pelos seguintes membros:

1. Conselho de Administração, mandato até a AGO de XXXX:

Matrícula nº xxxx - (nome do candidato) – Cargo;
Matrícula nº xxxx - (nome do candidato) – Cargo;
Matrícula nº xxxx - (nome do candidato) – Cargo;
Matrícula nº xxxx - (nome do candidato) – Cargo;
Matrícula nº xxxx - (nome do candidato) – Cargo;
Matrícula nº xxxx - (nome do candidato) – Cargo;
Matrícula nº xxxx - (nome do candidato) – Cargo;
Matrícula nº xxxx - (nome do candidato) – Cargo;
Matrícula nº xxxx - (nome do candidato) – Cargo;

Cabeça da chapa: (nome do candidato).

Anexo os seguintes documentos:

Página 17 de 25.

1. Última Declaração do Imposto de Renda Completa, de cada candidato;
2. Certidões Negativas de: Ação do Cível, Criminal e de Protestos dos Cartórios, federais e estaduais, competentes de cada Comarca em que tiveram domicílio e residência nos últimos cinco anos;
3. Relação de bens que possuem nesta data;
4. Formulário cadastral;
5. Currículo;

Os candidatos participantes desta chapa, ao firmarem este documento, DECLARAM o seguinte:

1. Que conhecem as disposições legais, estatutárias e regulamentares que regem a cooperativa, não se encontrando em infringência de quaisquer dispositivos;
2. Que preenchem as condições e pré-requisitos legais e estatutários, estabelecidos na Regulamentação em vigor para o exercício dos cargos pleiteados;
3. Que se eleitos, e após homologação de seus nomes pelo órgão oficial competente, assumirão e exercerão os respectivos mandatos;
4. DECLARAM, AINDA, QUE assumem integral responsabilidade pela fidelidade dos documentos anexados e das declarações prestadas, ficando a Cooperativa, desde já, autorizada a deles fazer, nos limites da lei e Estatuto Social, em Juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver;

Autorizam a Cooperativa/Comissão Eleitoral a fazer as consultas de dados pessoais dos candidatos juntos aos órgãos públicos ou privados de cadastro de informações.

Atenciosamente,

Cidade-UF, _____ de _____ de _____

CANDIDATOS*:

Fulano de Tal
Matrícula nº

Página 18 de 25.

ANEXO III

Modelo de requerimento de registro da chapa para concorrer ao Conselho Fiscal

REQUERIMENTO DE REGISTRO DA CHAPA PARA CONCORRER AO CONSELHO FISCAL

(Razão social da cooperativa)

PROTOCOLO	RECEPÇÃO
Número: _____	Nome: _____
Horário: _____	_____
Data: _____	Assinatura: _____

Na forma do Regulamento Eleitoral vigente, o associado XXXXX solicita a sua candidatura ao cargo de conselheiro fiscal da Cooperativa, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de xxxxxxxx:

Anexo os seguintes documentos:

- Última Declaração do Imposto de Renda Completa, do candidato;
- Certidões Negativas de: Ação do Cível, Criminal e de Protestos dos Cartórios, federais e estaduais, competentes de cada Comarca em que tiveram domicílio e residência nos últimos cinco anos;
- Relação de bens que possuem nesta data;
- Formulário cadastral;
- Currículo;

O candidato, ao firmar este documento, DECLARA o seguinte:

- Que conhece as disposições legais, estatutárias e regulamentares que regem a cooperativa, não se encontrando em infringência de quaisquer dispositivos;
- Que preenche as condições e pré-requisitos legais e estatutários, estabelecidos

Página 19 de 25.

- na Regulamentação em vigor para o exercício dos cargos pleiteados;
- Que se eleito, e após homologação do seu nome pelo órgão oficial competente, assumirá e exercerá o respectivo mandato;
 - DECLARAM, AINDA, QUE assume integral responsabilidade pela fidelidade dos documentos anexados e das declarações prestadas, ficando a Cooperativa, desde já, autorizada a deles fazer, nos limites da lei e Estatuto Social, em Juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver;

Autoriza a Cooperativa/Comissão Eleitoral a fazer as consultas de seus dados pessoais candidatos juntos aos órgãos públicos ou privados de cadastro de informações.

Atenciosamente,

Cidade-UF, _____ de _____ de _____

CANDIDATO*:

Fulano de Tal
Matrícula nº

Página 20 de 25.

VISTO
LEO DIAS DA SILVA

OAB/GO 25.436

ANEXO IV
Modelo de Declaração de Relação de Bens

Cidade-UF, xx de xxxxxxx de xxxx

À
Comissão Eleitoral

Assunto: Relação de bens

Prezados Senhores:

Declaro, para os devidos fins, que todos os bens que posso até a presente data, estão relacionados na minha declaração de imposto de renda data base de xxxx, além dos seguintes bens:

Atenciosamente,

Fulano de Tal

ANEXO V
Modelo de Formulário Cadastral para Eleição

FORMULÁRIO CADASTRAL PARA ELEIÇÃO

Identificação do candidato

Nome Completo

Filiação

Nacionalidade

Local de nascimento

Sexo

Profissão

Estado civil e regime de casamento

Nome do cônjuge ou companheira

Carteira de identidade (nº/data de emissão/orgão)

CPF (nº base/controle)

Endereço residencial completo

Bairro ou distrito

Página 21 de 25.

CEP	Município	UF	DDD/Telefone
Endereço comercial completo		Bairro ou distrito	
CEP	Município	UF	DDD/Telefone

Declarações e Autorização

Declaro que conheço as disposições legais, estatutárias e regulamentares que regem a cooperativa, não me encontrando em infringência de quaisquer dispositivos;
 Declaro que preencho as condições e pré-requisitos legais e estatutários, estabelecidos na Regulamentação em vigor para o exercício do cargo pleiteado;
 Declaro que se eleito, e após homologação de meu nome pelo órgão oficial competente, assumirei e exercerei o respectivo mandato;
 Declaro, ainda, que assumo integral responsabilidade pela fidelidade dos documentos apresentados e das declarações prestadas, ficando a Cooperativa, desde já, autorizada a deles fazer, nos limites da lei e Estatuto Social, em Juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver;
 Autorizo a Cooperativa/Comissão Eleitoral a fazer as consultas dos meus dados pessoais junto aos órgãos públicos ou privados de cadastro de informações.

Local e data	Assinatura
--------------	------------

ANEXO VI
Modelo de requerimento de substituição de candidato

REQUERIMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO DA CHAPA N° _____	
<i>(Razão social da cooperativa)</i>	
PROTOCOLO	RECEPÇÃO
Número: _____	Nome: _____
Horário: _____	_____
Data: _____	Assinatura: _____

Página 22 de 25.

VISTO
LEO DIAS DA SILVA

OAB/GO 25.436

Na forma do Regulamento do Processo Eleitoral vigente, o candidato deste solicita a substituição do candidato xxxxxxxxxxxx (nome completo), matrícula nº xx, _____ (cargo pleiteado), mandato até a AGO de XXXX, pelo candidato xxxxxxxxx (nome completo), matrícula nº xx, _____ (cargo pleiteado), mandato até a AGO de XXXX, em virtude do xxxxxxxxxxxx (justificar a substituição).

Anexo os seguintes documentos:

6. Última Declaração do Imposto de Renda Completa;
7. Certidões Negativas de: Ação do Cível, Criminal e de Protestos dos Cartórios, federais e estaduais, competentes de cada Comarca em que tiver domicílio e residência nos últimos cinco anos;
8. Relação de bens que possua nesta data;
9. Formulário cadastral;
10. Currículo;

O candidato participante desta chapa, ao firmar este documento, DECLARA o seguinte:

5. Que conhece as disposições legais, estatutárias e regulamentares que regem a cooperativa, não se encontrando em infringência de quaisquer dispositivos;
6. Que preenche as condições e pré-requisitos legais e estatutários, estabelecidos na Regulamentação em vigor para o exercício do cargo pleiteado;
7. Que se eleito, e após homologação de seu nome pelo órgão oficial competente, assumirá e exercerá o respectivo mandato;
8. DECLARA, AINDA, QUE assume integral responsabilidade pela fidelidade dos documentos anexados e das declarações prestadas, ficando a Cooperativa, desde já, autorizada a deles fazer, nos limites da lei e Estatuto Social, em Juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver;

Autoriza a Cooperativa/Comissão Eleitoral a fazer as consultas de dados pessoais do candidato juntos aos órgãos públicos ou privados de cadastro de informações.

Atenciosamente,

Cidade-UF, _____ de _____ de _____

Fulano de Tal
Matrícula nº

Página 23 de 25.

VIS
LEO DIAS DA SILVA

OAB/GO 25.436

Fulano de Tal
Matricula nº

CANDIDATO*:

Fulano de Tal

Página 24 de 25.

Certifico que este documento da empresa COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CERES E RIALMA LTDA, Nire: 52 40001147-9, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br> e informe: Nº do protocolo 14/113947-1 e o código de segurança 28434. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2014 10:44:54 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.

VISTO
b67.
LEO DIAS DA SILVA

OAB/GO 25.436



Página 25 de 25.

Jurifico que este documento da empresa COOPERATIVA DE CRÉDITO DE CERES E RIALMA LTDA, Nire: 52 40001147-9, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br/> e informe: Nº do protocolo 14/113947-1 e o código de segurança 8434. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/08/2014 10:44:54 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.